

Acta n.º 30

No dia 18 de Maio de 2012, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral Anual da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., [...]

[...]

Verificou também o Senhor Presidente [...] que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 79.485.041 acções, correspondentes a 206.389 votos e a 67,171% do capital social da sociedade [...]

[...]

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão, [...]

[...]

Como ninguém mais desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o relatório de gestão, o balanço, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas individuais, e de forma independente os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período.

Os documentos respeitantes ao primeiro ponto da ordem de trabalhos foram então aprovados por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

De seguida, os documentos respeitantes ao segundo ponto da ordem de trabalhos foram igualmente aprovados por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Passou-se ao terceiro ponto da ordem de trabalhos tendo a mesa lido a única proposta existente da responsabilidade do Conselho de Administração, que se transcreve, e tendo, de seguida, o Senhor Presidente declarado aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

- “● *Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera, e*

- *Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,*

Propõe-se a aplicação dos Resultados Líquidos do exercício individual, apurados segundo o normativo SNC, no montante de 124.161.800,00 euros (cento e vinte e quatro milhões, cento e sessenta e um mil e oitocentos euros) conforme segue:

Dividendos às acções em circulação.....28.785.539,85 euros

(25,5 cêntimos por acção)

Reservas Livres.....95.376.260,15 euros”

Ninguém desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi também aprovada por unanimidade dos votos emitidos.

De seguida, entrou-se no quarto ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação da administração e fiscalização, tendo o Senhor Presidente da Mesa aberto a discussão com a leitura, por parte do Secretário da Mesa, da única proposta existente, apresentada pela accionista Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., que se transcreve:

“Considerando a actuação dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade durante o exercício findo, propõe-se que, nos termos dos artigos 376.º n.º 1, alínea c) e 455.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia manifeste o seu apreço pela acção desenvolvida pelos referidos órgãos, aprovando um voto de confiança nos mesmos bem como nos respectivos membros.”

E como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 206.298 votos, correspondentes a 99,96% dos votos emitidos, com 91 votos contra, correspondentes a 0,04% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...].

Passou-se de seguida ao quinto ponto da ordem de trabalhos, respeitante à apreciação da declaração relativa à política de remuneração dos órgãos sociais, tendo o

Senhor Presidente da Mesa referido a existência de uma única proposta, apresentada pela Comissão de Remunerações da sociedade, e solicitado a dispensa da sua leitura [...]. Após obter a concordância dos Senhores accionistas presentes, abriu a discussão sobre a referida proposta, [...].

E como nenhum dos presentes quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 205.987 votos, correspondentes a 99,81% dos votos emitidos, com 402 votos contra, correspondentes a 0,19% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...]

Seguidamente entrou-se no sexto ponto da ordem de trabalhos, relativo à aquisição e alienação de acções e obrigações próprias, tendo o Senhor Presidente da Mesa aberto a discussão com a leitura, por parte do Secretário da Mesa, da única proposta existente, da responsabilidade do Conselho de Administração, cujo teor se transcreve:

“Considerando as vantagens que podem advir para a sociedade da aquisição e alienação quer de acções quer de obrigações próprias, propõe-se que, nos termos do disposto nos artigos 319.º, 320.º e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, se autorize o Conselho de Administração da sociedade, em prazo não superior a 18 meses a contar da deliberação que recair sobre a presente proposta, adquirir e alienar acções e obrigações próprias desde que tais operações sejam efectuadas em bolsa ao respectivo valor de cotação, sem que o número máximo de acções a adquirir ou alienar seja superior a 10% da quantidade total de acções da sociedade, podendo no entanto, no caso das obrigações, ser adquiridos e alienados todos os títulos que tiverem sido emitidos pela sociedade. Mais se propõe que, se necessário nos termos da legislação e regulamentação aplicável, sejam fixados pelo Conselho de Administração os demais requisitos que as transacções devem observar.”

Como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 206.298 votos, correspondentes a 99,96% dos votos emitidos, com 91 votos de abstenção, correspondentes a 0,04% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...]

De seguida, passou-se ao sétimo e último ponto da ordem de trabalhos tendo a mesa lido a única proposta existente, apresentada pela accionista Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., que se transcreve, e tendo, de seguida, declarado aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

“Considerando que se encontra vago o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, em virtude da renúncia apresentada pelo Senhor Dr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco em 21 de Junho de 2011, propõe-se que seja eleito, para exercer essas funções até ao final do mandato em curso dos restantes titulares dos corpos sociais, o Senhor Dr. Francisco Xavier Zea Mantero.”

Ninguém pretendendo usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos emitidos.

Nada mais havendo a tratar e ninguém mais pretendendo usar da palavra, foi a reunião encerrada pelas 12 horas, dela se lavrando esta acta que segue devidamente assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.